

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Monitorização do biénio 2011/2012



Matriz de Indicadores do PNDFCI

Dezembro, 2014

ÍNDICE

GRAU DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PNDFCI.....	1
1º EIXO ESTRATÉGICO - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	2
2º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS.....	6
3º EIXO ESTRATÉGICO – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS.....	10
4º EIXO ESTRATÉGICO - RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS	31

GRAU DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PNDFCI

A concretização das ações delineadas no PNDFCI, bem como o cumprimento das metas estabelecidas dependem, em grande medida, da organização, colaboração e desempenho das várias entidades envolvidas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI). Nas páginas seguintes apresenta-se os elementos referentes à execução do PNDFCI.

Note-se que a monitorização do grau de execução das ações previstas no PNDFCI apresenta algumas fragilidades decorrentes dos constrangimentos ao acesso a informação. Por um lado, verifica-se a dispersão da informação por várias entidades e a escassez de informação sistematizada – instrumentos de gestão como sejam os Relatórios anuais de atividades. Por outro lado, a informação disponível é omissa relativamente a muitos dos dados quantitativos, o que fragiliza a análise do grau de execução das ações segundo os indicadores e metas definidos em sede de PNDFCI.

O processo de inquirição aos GTF também serviu para complementar o perfil de informação disponibilizado mas, mesmo com esse esforço, os constrangimentos em termos de informação quantitativa não foram ultrapassados. Em função disso, alguns indicadores foram respondidos apenas de forma parcelar.

Pese embora as limitações referidas, a Equipa de Avaliação procurou explorar a informação/indicadores dispersos pelas diversas entidades, bem como recolher informação qualitativa com base na realização das entrevistas, e conseguiu preencher de modo muito substantivo os indicadores da matriz.

Este trabalho exigente de agregação de informação reunida encontra-se integrado no preenchimento do conjunto de quadros-síntese concebidos para a monitorização do PNDFCI, segundo os objetivos estratégicos e respetivos objetivos operacionais.

O preenchimento da matriz de indicadores também permite conhecer a (in)disponibilidade de informação para cada uma das ações do PNDFCI.

1º EIXO ESTRATÉGICO - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

O 1º Eixo Estratégico do PNDFCI reúne um conjunto de objetivos operacionais orientados para a prevenção estrutural da floresta contra os incêndios. Por um lado a revisão e clarificação do normativo penal em matéria de incêndios florestais e, por outro lado, a criação e aplicação de orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais.

A análise sobre a concretização das ações no âmbito deste 1º Eixo foi suportada na consulta de diversas fontes documentais e nas entrevistas/reuniões de trabalho com o ICNF.

Objetivo Estratégico: Rever e integrar políticas e legislação		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo operacional Rever e clarificar o normativo penal em matéria de incêndios florestais		
Redação de novas normas.	Não ocorreu a redação de novas normas no âmbito do normativo penal em matéria de incêndios florestais.	
Objetivo Estratégico: Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais		
Adoção do modelo ZIF como referência para a introdução de princípios e estratégias de DFCI, canalizando para esta ação os recursos financeiros existentes.	Mais de 50 mil hectares por ano. 500 mil hectares em 2012.	Concretizado. Até ao final de 2012, a criação de ZIF abrangeu uma superfície total de 847.712. A meta definida foi sobejamente ultrapassada.
Rever e atualizar o “Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios”.	A realizar em 2007 – responsabilidade AFN	Não foi elaborado o manual de silvicultura para a prevenção de incêndios. O ICNF, em 2011, publicou o Manual “Gestão de combustíveis para proteção de edificações”.
Aumentar as áreas com gestão ativa, promovendo a introdução dos princípios de DFCI e das melhores práticas silvícolas no terreno.	Áreas do domínio privados do Estado: Em 2007, 25 mil hectares com PGF. Em 2009, todas as áreas florestais com PGF. Áreas comunitárias: Em 2007, 50 mil hectares com PGF Em 2009, 200 mil hectares com PGF Em 2012, toda a área sujeita a PGF. Áreas privadas: Em 2009, 250 mil hectares com PGF. Em 2012, a área com PGF ultrapassa os 500 mil hectares.	Os dados disponibilizados pelo ICNF não permitem responder, em concreto, à meta definida para 2012. De qualquer forma, as áreas com PGF (entre Matas Nacionais, Perímetros Florestais e autarquias) são as seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ▪ A área com PGF nas Autarquias (com e sem gestão do ICNF) ascendia a 14.293,15 ha. ▪ A área com PGF nas Matas Comunitárias ascendia a 221.980,8 ha. ▪ A área com PGF nas Matas do Estado (com e sem gestão do ICNF) ascendia a 67.266,75 ha.
Melhorar a informação sobre combustíveis e alteração do uso do solo.	Sistema em funcionamento no 2º Semestre de 2007.	O ICNF tem vindo a melhorar a informação sobre combustíveis e alteração do uso do solo através de cobertura fotográfica (coberturas integrais de Portugal continental com fotografia aérea digital). A 4ª cobertura foi realizada em 2012, numa parceria entre a Direção Geral do Território (DGT), o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) e o ICNF.

Objetivo Estratégico: <i>Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional <i>Definir as prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco</i>		
Operacionalizar a ação das Comissões Municipais de Defesa da Floresta (CMDF).	As CMDF reúnem 4 vezes por ano, acompanhando a operacionalização/ execução do respetivo PMDFCI. Até final de 2006, todas as CMDF adotaram o quadro de indicadores municipais.	As CMDF constituídas cobrem a quase totalidade do território continental. Estas Comissões reúnem diversas vezes por ano e, entre outras matérias, acompanham a execução e aprovam a atualização do respetivo PMDFCI. Apenas 10% das CMDF reúnem 4 ou 5 vezes por ano. O nível de adoção de um quadro de indicadores de execução para o PMDFCI foi de 78%. Não existe, no entanto, um sistema com nível supramunicipal que faça a recolha e tratamento dessa informação. Esta funcionalidade está prevista para o SGIF em 2015 (âmbito da rede de defesa da floresta contra incêndios e da sensibilização).
Apoiar a atividade dos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF).	Avaliação do desempenho dos GTF em 2006.	O Gabinete de Apoio aos GTF no seio da AFN, que permitia uma maior proximidade com esses Gabinetes, assim como o acompanhamento das suas atividades, foi entretanto extinto. No entanto, o Coordenador de Prevenção Estrutural (com intervenção ao nível distrital) assumiu o papel de monitorizar as atividades dos GTF. Os resultados do processo de inquirição aos GTF devolveram uma perceção positiva quanto ao acompanhamento das suas atividades. Com efeito, 74,3% dos inquiridos referiu a realização de uma avaliação permanente das atividades que estão a ser desenvolvidas ao nível municipal. Quanto ao papel do CPE foi caracterizado como presente/útil ou muito presente/muito útil em cerca de 70% dos casos nas funções seguintes: esclarecimento de dúvidas no âmbito da DFCI (76,9%); acompanhamento/ apoios técnicos à atividade do GTF (72,8%); participação em ações de DFCI coordenadas pelo GTF (68,2%); e contributo para a execução das atividades do GTF (68%). Não existe, no entanto, um sistema com nível supramunicipal que faça a recolha e tratamento dessa informação. Quanto à possibilidade da existência de um órgão de nível nacional que fique responsável pela monitorização da atividade dos GTF e pela monitorização da execução dos PMDFCI, a opinião dos GTF dividiu-se, sendo que 44% considerou como nada útil ou pouco útil e 52% considerou útil ou muito útil.
	DGRF estabelece, em 2006, uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDF.	Quanto à proximidade entre os GTF e as CMDF, o processo de inquirição aos GTF devolveu os seguintes resultados: 12,2% dos GTF considera a proximidade com as CMDF como pouco próxima, ou seja, sem contributos para o trabalho desenvolvido pelos GTF; 57,4% considera essa relação próxima e com contributos positivos para o trabalho desenvolvido pelo GTF; e 30,4% considera essa relação muito próxima, isto é, uma relação de trabalho em conjunto e de partilha de recursos.
	Em 2006, pretende-se que 184 Municípios disponham de PMDFCI em fase de implementação; em 2009, 216; e, em 2012, o sistema esteja em funcionamento pleno em 278 Municípios.	No final de 2012, 271 Municípios dispunham de PMDFCI (97,5% da meta). Note-se que Portugal tem 308 concelhos, 278 no Continente, 11 na Madeira e 19 nos Açores. Os 30 Concelhos das Regiões Autónomas têm processos independentes. Os PMDFCI são considerados por 68,2% dos GTF inquiridos como ‘muito importantes’ para cumprir a missão dos GTF; enquanto 28,6% considera-os ‘importantes’. Contudo, ao acompanhamento da execução das ações previstas no PMDFCI é atribuída menor importância, já que 52,3% considera uma tarefa ‘muito importante’ e 39,2%, ‘importante’ (cf. Tabela 22 do Anexo). O guião metodológico para a elaboração dos PMDFCI é considerado globalmente ‘adequado’, quer ao nível da estrutura/conteúdos (59,3%), como da informação necessária (60,9%) e, ainda, da clareza das orientações (63,6%) e da linguagem (76,2%). O grau de dificuldade na aplicação das orientações metodológicas é, também, considerado globalmente ‘adequado’ (55%) (cf. Tabela 24 do Anexo). O principal constrangimento associado à elaboração do PMDFCI é a limitação de recursos técnicos/humanos, indicado por 62,3% dos GTF (cf. Tabela 25 do Anexo).

Objetivo Estratégico: <i>Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional <i>Proteger as zonas de interface urbano/florestal</i>		
Criar e manter faixas exteriores de proteção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios.	As Autarquias devem realizar integralmente a meta anualmente prevista nos PMDFCI.	
Criar e manter faixas exteriores de proteção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações.	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.	
Fiscalizar a criação de faixas exteriores de proteção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações), e acumulações ilegais de detritos.	Todos os anos, até ao termo do 1º semestre, todas as situações de maior risco são identificadas e notificadas os respetivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação.	<p>O horizonte temporal em que as situações de maior risco são identificadas e notificadas aos respetivos responsáveis não é conhecido.</p> <p>Dos GTF inquiridos, 49% indica cumprir a meta de todos os anos, até ao termo do 1º semestre, todas as situações de maior risco são identificadas e notificadas os respetivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação (cf. Tabela 51 do Anexo). Aqueles que indicam não o fazerem justificam, essencialmente, com a falta de meios/tempo/RH (44,8%), o desconhecimento de quem são os proprietários/problemas de cadastro (24,1%), serem apenas situações de denúncia ou identificados pela GNR (15,5%) ou, ainda, identificadas situações pontuais (15,5%) (cf. Tabela 52 do Anexo).</p> <p>No âmbito da fiscalização da criação de faixas exteriores de proteção e acumulações ilegais de detritos, sob a responsabilidade da GNR, em 2011 foram levantados 3.564 autos de contraordenação; e, em 2012, foram levantados 2.730 autos de contraordenação.</p>

Objetivo Estratégico: <i>Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional <i>Implementar programa de redução de combustíveis</i>		
<p>Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais.</p>	<p>Em 2006, a rede primária é delimitada para 20% do território; em 2009, para 60% e em 2012 deverá estar concluída.</p> <p>Para a instalação prevê-se uma execução de 1,5 mil hectares, em 2006; 10 mil, até 2009 e 25 mil hectares, no fim de 2012.</p>	<p>Em 2012, a delimitação da rede primária estava concluída.</p> <p>A informação disponibilizada não permitiu processar elementos referentes à instalação e manutenção da mesma.</p> <p>O processo de inquirição aos GTF permitiu verificar que 82,7% de 150 GTF faz o registo cartográfico anual das intervenções de gestão de combustível (cf. Tabela 48 do Anexo). A maioria (58%) dos que não cumprem essa tarefa apontam como justificação a falta de meios/técnicos/tempo (cf. Tabela 49 do Anexo).</p> <p>Na ação de delineamento da rede primária de faixas de gestão de combustíveis de nível sub-regional/supramunicipal, 43,2% dos GTF indicam ter um papel ativo (cf. Tabela 50 do Anexo).</p> <p>Adicionalmente, 48,6% indica a existência de articulação entre o GTF e os níveis sub-regional/supramunicipal no delineamento da rede primária (cf. Tabela 57 do Anexo). Contudo, para apenas 47,1% dos GTF essa articulação tem resultados positivos (cf. Tabela 58 do Anexo). A existência de articulação com resultados negativos deve-se, fundamentalmente, à não existência de rede primária/não está definida/não faz sentido no concelho (53,9%) (cf. Tabela 59 do Anexo).</p>
<p>Desenvolver um programa de fogo controlado em ações preventivas, reduzindo os fatores que favorecem a propagação dos incêndios.</p>	<p>Até 2012, formação e credenciação de 20 técnicos por ano e capacitação de 80% das Equipas de Sapadores Florestais na utilização desta técnica.</p>	<p>A ex-AFN ou o ICNF I.P. nunca promoveram formação na área do fogo controlado, as ações de formação que ocorreram no período 2006-2012 foram desenvolvidas por outras entidades. Contudo, por obrigação legal do então Regulamento do Fogo Técnico anexo ao Despacho nº 14031/2009 (já revogado) e do atual Regulamento anexo ao Despacho nº 7511/2014, as ações de formação são reconhecidas pelo ICNF.</p> <p>No período 2011/2012, o ICNF reconheceu ações de formação de três entidades.</p> <p>A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita analisar o número de técnicos e de sapadores florestais que utilizam esta técnica.</p>
Objetivo Operacional <i>Condicionar trabalhos/acessos a áreas florestais durante o período crítico</i>		
<p>Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio.</p>	<p>As CMDF acompanham o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito dos POM.</p>	<p>O nível de desenvolvimento do processo de sinalização e medidas de condicionamento, sob a responsabilidade dos municípios e do ICNF, não é conhecido.</p> <p>Contudo, o Inquérito aos GTF (cf. Tabela 73 do Anexo) permitiu constatar para 138 concelhos o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Apenas 35,8% dos GTF indicam acompanhar o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento implementadas (cf. Tabela 64 do Anexo). (b) A sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos nunca foi realizada em 34,8% dos casos; 13,8% indicam não o realizar anualmente. A realização desta tarefa é assegurada, principalmente, por SMPC (31,9%) e GTF (29,7%) – as CMDF são indicadas apenas por 8% dos Concelhos como as entidades a quem cabe a responsabilidade da tarefa (cf. Tabela 73 do Anexo). (c) A sinalização informativa sobre risco de incêndio nunca foi realizada em 29% dos casos; 4,3% indica que não a realiza anualmente. O GTF surge como a entidade mais vezes responsável pela sinalização informativa (52,9%), seguido pelo SMPC (29%) e pela CMDF (15,2%) (cf. Tabela 73 do Anexo).

2º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

As ações delineadas no âmbito deste Eixo de Intervenção do PNDFCI assentam na necessidade de uma intervenção cuidada que tem como objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio.

A análise que incide sobre as ações concretizadas no âmbito deste 2º Eixo foi suportada na consulta de diversas fontes documentais e nas entrevistas/reuniões de trabalho com o ICNF e a GNR/SEPNA.

O objetivo estratégico *Educar e sensibilizar as populações* é operacionalizado em dois objetivos: a Sensibilização da população e a Sensibilização e educação escolar. Ambos os objetivos operacionais visam a “promoção da tomada de consciência relativamente ao perigo que representa a manipulação do fogo e de comportamentos de risco em espaços florestais e agrícolas”.

O objetivo estratégico *Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações* é operacionalizado em três objetivos: o reforço da capacidade de intervenção na investigação de incêndios florestais, o qual está diretamente ligado ao segundo objetivo de aperfeiçoamento da metodologia de apuramento das causas dos incêndios florestais; e um terceiro, associado ao aumento da capacidade de dissuasão e fiscalização. Todos os objetivos concorrem para o maior controlo das ignições.

Objetivo Estratégico: Educar e sensibilizar as populações		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução
Objetivo Operacional <i>Objetivo Sensibilização da população</i>		
Programas de comunicação integrada para o grande público; a criação do sítio de DFCEI; a divulgação do “Risco de Incêndio” nos diversos órgãos da comunicação social e a formação de profissionais de comunicação social.	Anualmente e após avaliação é definido programa de ação	<p><i>Programas de comunicação integrados para o grande público</i> O Despacho n.º 5600/2011, de 31 de Março, determina a elaboração de um Plano de comunicação para a sensibilização da população para a proteção da floresta contra incêndios (2011-2013), até 16 de Maio de 2011. Todavia, esta informação não foi, ainda, disponibilizada pelo ICNF e a Equipa de Avaliação não encontrou este documento disponível após pesquisa na internet.</p> <p>Em 2011 e 2012, verificou-se a renovação da Campanha “Portugal sem fogos depende de todos”, do Movimento ECO, com a criação de novos spots (imagem e som divulgados na televisão, rádio, outdoors, sites,...) de cariz mais marcante.</p> <p><i>Criação do sítio de DFCEI</i> Concretizado. Havia uma página dedicada às matérias de DFCEI no site da AFN, a qual migrou com a mesma estrutura para o site do ICNF.</p> <p><i>Divulgação do “Risco de Incêndio”</i> Concretizado. Os níveis de risco de incêndio florestal continuam a ser divulgados diariamente nos principais meios da comunicação social e nos sites do ICNF, do IPMA e da ANPC.</p> <p><i>Formação de profissionais de comunicação social</i> Foram realizadas reuniões com a comunicação social. Contudo, a informação disponibilizada não tem um grau de descrição suficientemente aprofundado para perceber os conteúdos, quantas ocorreram e quantos profissionais foram abrangidos.</p>

Objetivo Estratégico: Educar e sensibilizar as populações		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução
Objetivo Operacional <i>Objetivo Sensibilização da população (cont.)</i>		
<p>Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.</p>	<p>Anualmente as CMDF, de acordo com o PMDFCI, desenvolvem estas ações.</p>	<p>Concretizado</p> <p>As CMDF definem, anualmente, no PMDFCI um conjunto de atividades destinadas a diversos públicos-alvo (geral, rural, escolar), a que está associado um orçamento. Contudo, os Planos não apresentam a mesma profundidade descritiva das atividades, apesar destes seguirem a estrutura definida em Decreto-lei.</p> <p>As ações de sensibilização executadas são variadas (criação e distribuição de folhetos, organização de seminários e workshops,...) mas nem todos os Municípios apresentam e executam atividades de formação de docentes ou de profissionais da comunicação social.</p> <p>Ainda no âmbito dos programas a desenvolver ao nível local, e desde 2011, destaca-se a “Operação Floresta Protegida” da GNR/SEPNA, que incide, sobretudo, em ações de sensibilização e tem um período desde o início de Abril até 15 de Maio, quando se inicia a diretiva operacional “Floresta Segura” (que, para além da sensibilização, dá orientações muito específicas sobre o empenhamento dos meios com vista à prevenção operacional, nas vertentes da vigilância, deteção e fiscalização).</p> <p>O planeamento é feito em articulação com os PMDFCI e a coordenação e monitorização é feita no âmbito das CMDF.</p> <p>Em termos de Relatórios de atividades, o Comando Nacional contempla informação geral, mas são os Comandos distritais que detêm os detalhes das ações de sensibilização realizadas.</p> <p>O processo de inquirição aos GTF revelou que 93,3% destas entidades (140 de 150 GTF) promovem ações de sensibilização, periodicamente ao longo do ano (53,2% e sem uma rotina estável (29,8%), essencialmente junto da população escolar (85,8%), distribuindo material informativo (82,3%), junto da população em geral (72,3%) e junto da população rural (63,8%). As ações de sensibilização são realizadas em conjunto com outras entidades (93,4%), principalmente GNR/PSP (89,4%), Escolas (78%), Associações de Produtores e Proprietários Florestais e Sapadores Florestais (58,2%) e Bombeiros (22%) (cf. Tabelas 33 a 40 do Anexo).</p> <p>As ações de sensibilização são melhor avaliadas quanto à sua utilidade quando as iniciativas são realizadas junto da população escolar (67,1% dos GTF considera-as ‘muito úteis’) e da população rural (57,5% dos GTF considera-as ‘muito úteis’). A distribuição de material informativo e as iniciativas junto da população em geral são globalmente avaliadas como ‘úteis’ (49,7% e 58,1%, respetivamente) (cf. Tabela 41 do Anexo).</p> <p>No que respeita ao impacto das ações de sensibilização, a maioria dos GTF (50,3%) considera que o público-alvo fica sensibilizado e começa a alterar os seus comportamentos, mas cerca de 1/3 (23,5%) refere que o público-alvo fica apenas mais sensibilizado/alerta (cf. Tabela 42 do Anexo).</p>

(cont.)

Objetivo estratégico: <i>Educar e sensibilizar as populações</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução
Objetivo Operacional <i>Sensibilização e educação escolar</i>		
Incorporação da temática florestal e de DFCI nos conteúdos curriculares do ensino básico secundário e de comunicação social	Em 2009 a ação está concretizada	<p>Concretizado</p> <p>Os Programas Curriculares do Ensino Básico e Secundário incluem a temática da prevenção dos incêndios florestais.</p> <p>Os recursos didáticos associados ao tema estão disponíveis para uso e consulta no <i>site</i> do ICNF.</p> <p>As principais editoras (p.e., Porto Editora) lançaram Guias e outros recursos que promovem a educação ambiental e estes encontram-se disponíveis para a população em geral e, nomeadamente, escolar (docentes e alunos).</p> <p>Em dias comemorativos específicos (p.e., Dia Mundial da Floresta), as iniciativas multiplicam-se a nível nacional no contexto escolar. As escolas com Clubes da Floresta ativos têm responsabilidade acrescida na promoção de atividades de educação ambiental.</p>
Formação dos professores na temática florestal	Desenvolver, por ano, e até 2012, 10 ações de formação junto de professores do ensino básico e secundário, e de um “Workshop” dirigido a professores do ensino superior de comunicação social.	<p>A fraca descrição da execução das atividades pelas entidades que as promovem não permite avaliar o grau de cumprimento do indicador.</p> <p>Todavia, a ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental e o Instituto de Defesa Nacional, em parceria com o Ministério da Educação, têm desenvolvido ações de formação, <i>workshops</i> e seminários dirigidos a docentes do ensino básico, secundário e superior.</p>
Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental, e recuperar para esta área iniciativas como a da “Ciência Viva	Todos os Municípios das áreas de mais elevado risco de incêndio têm, em sede de CMDF, ações programadas e executadas e procedem à respetiva avaliação.	<p>As CMDF definem anualmente no PMDFCI um conjunto de atividades a executar, no entanto não se procede à sua avaliação (pelo menos de forma consistente e com a apresentação de resultados).</p> <p>Os Municípios com mais elevado risco de incêndio apresentam Planos de ação em que as atividades desenvolvidas implicam um grande envolvimento em parceria com a GNR, ANPC, ICNF, Agrupamentos de escolas, Associações de Produtores Florestais, Bombeiros, entre outras.</p> <p>Contudo, regra geral, os Municípios não apresentam resultados da avaliação realizada formal ou informalmente.</p> <p>O Projeto PROSEPE – Projeto de Sensibilização e Educação Florestal da População Escolar com a temática “Conhecer, Sentir e Viver...a Floresta” e respetivos subtemas “Floresta, fonte de bem-estar”, “Floresta, fonte de Vida” e “Floresta, fonte de riqueza” deram fortes contributos para a exposição permanente no Centro Ciência Viva da Floresta de Proença-a-Nova.</p> <p>O Programa “Jovens Repórteres para o Ambiente” também contribuiu fortemente para o envolvimento da comunidade geral e, escolar em particular, na prevenção dos incêndios florestais através da promoção da educação ambiental.</p>
Reestruturação dos Centros de Educação Ambiental, com inclusão	Até 2008, são criados novos conteúdos de forma a abranger as questões de DFCI na educação	<p>Concretizado</p> <p>Os Centros de Educação Ambiental desenvolvem anualmente um conjunto de atividades como sejam <i>workshops</i>,</p>

das matérias florestais e de DFCl	ambiental.	dias de reforestação, exposições, entre outros, onde se faz uso dos conteúdos criados em anos antecedentes e se explora novas formas de educar as populações (essencialmente, a escolar) para a preservação ambiental. A área de abrangência dos Centros é territorialmente vasta e as parcerias estabelecidas com associações e instituições públicas e privadas para a concretização das atividades são essenciais para a sua execução.
-----------------------------------	------------	---

Objetivo Estratégico: Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações

Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
--------------------	-------------------	---

Objetivo Operacional Reforçar a capacidade de intervenção na investigação de incêndios florestais

Consolidação institucional do SEPNA	Formação de efetivos do SEPNA/GNR, reciclagem dos elementos do atual CNGF e afetação dos meios necessários (de logística e comunicação)	Concretizado. No que respeita à consolidação institucional do SEPNA, no período em análise não há nada a assinalar, com a exceção da integração dos GIPS no dispositivo terrestre e helitransportado. O Corpo Nacional de Guardas Florestais foi integrado em 2006 no SEPNA. A formação de efetivos do SEPNA e do GIPS é realizada com frequência. Há uma afetação rigorosa dos meios de logística e de comunicação necessários à realização cabal das atividades definidas.
Elaborar um estudo específico sobre os fatores temporais e espaciais associados às causas identificadas nos registos do ICNF	Até ao final de 2006, será produzido um estudo sobre as causas dos incêndios florestais para o período de 1993-2004. A partir de 2006 o número de ocorrências investigadas aumenta em 15%.	Concretizado. Foram realizados estudos sobre as causas dos incêndios para a AFN, nomeadamente, com o apoio do Programa Nacional "ForestFocus". Acréscimo significativo do número de ocorrências investigadas, tendo sido ultrapassada a meta prevista.
Redefinir a estratégia de investigação de causas de incêndio	Definir o objetivo da investigação e a qualidade dos resultados. Definição de metodologia de amostragem e delineamento estatístico.	Concretizado. A estratégia de investigação de causas de incêndios encontra-se estabilizada. A metodologia de investigação baseia-se na formação específica que os elementos do SEPNA tiveram nesse âmbito. No que se refere ao número de incêndios florestais investigados, a indicação que existe é para fazer investigação à totalidade das ocorrências. No entanto, em períodos em que o número de ocorrências ultrapassa a capacidade de deslocação dos elementos do SEPNA, a prioridade é atribuída aos incêndios florestais com mais de 10 hectares de área ardida.

Objetivo Operacional Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização

Coordenação das ações de vigilância, deteção e fiscalização pela GNR/ SEPNA	A partir de 2006 a GNR, como entidade coordenadora, enquadra estas ações nas CMDF e define estratégia de atuação ao nível municipal. Anualmente apresenta relatório de progresso.	Concretizado. Todo o dispositivo territorial da GNR pese embora não integre diretamente o Dispositivo Especial contribui para a DFCl através da realização de ações de sensibilização e de patrulhamento nas zonas de maior densidade florestal. A sua ação reside essencialmente na sensibilização, vigilância e deteção de incêndios e ainda na fiscalização. Anualmente, o Comando da GNR emite uma diretiva operacional nacional no âmbito da DFCl, designada "Floresta Segura", através da qual se dá orientações muito específicas sobre o empenhamento dos meios com vista à prevenção operacional, nas vertentes da vigilância, deteção e fiscalização. A GNR elabora também um Relatório de Atividades anual, bem como o SEPNA (este, no âmbito da diretiva operacional nacional "Floresta Segura").
---	--	---

3º EIXO ESTRATÉGICO – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

As intervenções delineadas no âmbito deste Eixo de Intervenção do PNDFCI assentam no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate dos incêndios nascentes porque só assim se evitarão grandes incêndios. A análise que incide sobre as ações concretizadas no âmbito deste 3º Eixo foi sustentada na consulta e análise de diversas fontes documentais e nas entrevistas/reuniões de trabalho com ICNF, GNR/SEPNA e ANPC. A informação reunida relativa à execução das ações do PNDFCI no biénio 2011/2012 é apresentada nos quadros seguintes, segundo os objetivos estratégicos e respetivos objetivos operacionais.

O objetivo estratégico *Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção* divide-se em três objetivos operacionais, sendo o primeiro orientado para a definição de um sistema nacional de gestão do “Risco de Incêndio Florestal e o segundo e terceiro orientados para a estruturação de um sistema de vigilância integrado de cariz municipal e distrital.

O objetivo estratégico *Reforço da capacidade de 1ª intervenção* assume grande importância na medida em que se parte do princípio que existe uma relação direta entre a rapidez de intervenção e a duração do incêndio, sobretudo em zonas cujas condições de propagação de incêndios são mais favoráveis. Este objetivo é operacionalizado através da estruturação dos níveis Municipal e Distrital de 1ª intervenção.

O objetivo estratégico *Reforço da capacidade do ataque ampliado* centra-se no aumento da capacidade de comando das operações, de coordenação das várias entidades envolvidas e da mobilização dos meios, quando as ocorrências exigem combate terrestre e aéreo ao nível Municipal, Distrital e Nacional.

O objetivo estratégico *Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-rescaldo* respeita à coordenação e execução das importantes operações de rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo. Estas operações são da responsabilidade e coordenação do COS e asseguradas pelas eSF e também pelos Bombeiros, quando não chamados para atender a outras ocorrências.

O objetivo estratégico *Melhoria das comunicações* orienta-se para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação utilizados no âmbito do PNDFCI, os quais têm vindo a ser alvo de atualizações e de um refinamento na estratégia da sua utilização, com o objetivo de responder de forma mais eficaz e imediata às situações de alerta e de socorro.

O objetivo estratégico *Melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão* centra-se nos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão, por serem considerados a chave da eficácia da prevenção e do combate aos incêndios florestais. Neste âmbito importa ter estes meios devidamente atualizados, quer em termos de informação base e posterior processamento e utilização, quer em termos de definição de hierarquias e de circuitos de informação.

Objetivo Estratégico: <i>Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes ao grau de execução
Objetivo Operacional <i>Definição de um sistema nacional de gestão do "Risco de Incêndio Florestal"</i>		
Definição do sistema de produção e do âmbito de aplicação de Risco de Incêndio Florestal.	Deverá estar concluída no 1º semestre de 2006 a metodologia de produção do Risco de Incêndio Florestal (estrutural e dinâmico) e a definição dos meios de divulgação do Índice de Risco de Incêndio Florestal (IRIF).	Concretizado. O ICNF estabilizou o quadro conceptual de risco de incêndio, aceite cientificamente, cujos resultados têm vindo a ser utilizados pelas diferentes entidades, a nível nacional, distrital e municipal e, igualmente, nos processos de elaboração/revisão dos PROF.
Operacionalização do Sistema Nacional de Gestão de Risco de Incêndio Florestal.	Deverá estar concluída no 1º trimestre de cada ano a produção da cartografia anual de Risco de Incêndio conjuntural e a atualização da metodologia para produção diária do índice de risco de incêndio florestal e sua divulgação.	Concretizado. A produção de cartografia do risco de incêndio conjuntural decorreu anualmente até 2010 e tem sido divulgado diariamente os níveis de risco de incêndio florestal nos principais meios de comunicação social e nos <i>sites</i> do ICNF (com ligação ao site do IPMA) e ANPC.
Desenvolvimento de um módulo informático de Gestão de Riscos de Incêndio Florestal.	Desenvolver em 2006 e 2007 uma aplicação única para Gestão de Risco de Incêndio Florestal; e, formar utilizadores do sistema de Gestão de Riscos.	Parcialmente concretizado. O ICNF criou uma aplicação, de uso interno, que mostra o mapeamento do risco de incêndio diário por distrito. Desde 2011 que está disponível um sistema de painéis automáticos de risco de incêndio florestal (o ICNF recebe a informação do IPMA, que é enviada para os painéis por via SMS).

(cont.)

Objetivo Estratégico: <i>Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal		
<p>Guarnecer os Postos de Vigia (PV) por recursos humanos com as adequadas competências e/ou videovigilância.</p>	<p>A partir de 2006:</p> <ul style="list-style-type: none"> Recrutar elementos para guarnecer os PV; Dar formação aos elementos que vão ocupar os PV; Ultrapassar, com base em sistemas complementares ou alternativos de vigilância, as limitações da RNPV no que diz respeito à visibilidade “direta”, identificada no estudo elaborado pela COTEC Portugal. 	<p>Concretizado.</p> <p>A GNR garante o funcionamento da Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV) em 2 (duas) fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> Rede primária de postos de vigia a partir de 15 de Maio (Fase Bravo) Restante RNPV a partir de 1 de Julho (Fase Charlie) <p>Todos os elementos que guarnecem os PV, independentemente da sua experiência, recebem formação específica para o efeito, nomeadamente ao nível das comunicações, cartografia/topografia, comportamento do fogo e regras de segurança.</p> <p>A localização dos Postos de Vigia (PV) em determinadas zonas do País, não permite uma cobertura total do território sob vigilância por questões ligadas à sua orografia, o que cria “zonas cegas” de vigilância, isto é partes do território “invisíveis” ao vigilante.</p> <p>Todos os postos estão equipados com meios de comunicação adequados (rádios SIRESP).</p> <p>O projeto de videovigilância não avançou.</p>
<p>Assumir a responsabilidade pela coordenação das ações de prevenção relativa à vertente vigilância, deteção e fiscalização.</p>	<p>Anualmente, em sede de CMDF, o SEPNA/GNR integra as ações de todos os agentes envolvidos no sistema de vigilância e deteção previstas no PMDFCI.</p>	<p>Concretizado.</p> <p>As profundas alterações estruturais verificadas na orgânica da GNR, integrando o SEPNA no Comando Operacional, criando 20 Comandos Territoriais distritais e respetivos destacamentos, com a autonomização das Secções e Núcleos territorializados do SEPNA, contribuíram de forma significativa para o reforço do papel desempenhado pela GNR na coordenação, monitorização e realização de ações de vigilância, deteção e fiscalização, mantendo-se o papel desempenhado pelas Equipas de Manutenção e Exploração da Informação Florestal (EMEIF), distribuídas pelos 18 distritos do Continente.</p> <p>Como referido atrás a GNR/SEPNA coordena e monitoriza as ações de vigilância, deteção e fiscalização, definindo a estratégia de atuação de acordo com as características território. A articulação com as restantes entidades que exercem a vigilância é feita a nível local, sendo o planeamento realizado no âmbito dos PMDFCI e a coordenação e monitorização feita no âmbito das CMDF.</p> <p>O Comandante de destacamento (ou seu representante) tem assento nas CMDF, sendo esta presença essencial para a organização e articulação dos meios e recursos e é nesse âmbito que o SEPNA define os giros de patrulhamento, privilegiando a complementaridade de meios com outras entidades (p.e., entidades gestoras de eSF) para evitar “zonas sombra” ou sobreposição de patrulhamento.</p>

Objetivo Estratégico: <i>Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: <i>Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal</i>		
<p>Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestais e das Brigadas Móveis de Vigilância (AGRIS).</p>	<p>Avaliar e monitorizar o Programa de Sapadores Florestais (PSF) através de uma Ação permanente com relatórios de ponto de situação a nível municipal, distrital e nacional.</p>	<p>Note-se que, com a alteração da legislação que regula o funcionamento do PSF em 2009 (Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de Maio) a figura da brigada desapareceu, pelo que será de ponderar a alteração do seu conceito. Na perspetiva da Equipa de Avaliação, há vantagem em manter esta figura quando várias eSF, pertencentes à mesma patronal ou a entidades patronais diferentes, trabalham em conjunto com o mesmo objetivo. Esta situação ocorre frequentemente no serviço público, em que são reunidas várias eSF executar tarefas na mesma área.</p> <p>Concretizado.</p> <p>A atividade anual das Equipas de Sapadores Florestais (eSF) desenvolve-se a partir de uma programação prévia produzida pelas entidades patronais e é registada em relatório anual de atividades (relatórios dos resultados operacionais das eSF).</p> <p>As tarefas desenvolvidas no âmbito do serviço público são acordadas entre as entidades detentoras das equipas e o ICNF, que coordena a sua execução.</p> <p>Os programas de ação e os relatórios de atividades registam, para cada ano de atividade, as áreas de atuação, as ações desenvolvidas e a respetiva quantificação. Ambos são submetidos à aprovação do ICNF, I. P. Contudo, verifica-se a escassez de informação sistematizada.</p> <p>O Programa de Sapadores florestais foi avaliado em 2010 num relatório produzido pela AFN intitulado “Programa de Sapadores Florestais 1999-2009 – Análise de 11 anos de atividade”. Outra avaliação está prevista decorrer até ao final de 2014.</p> <p>Até ao final de 2012, não tinham sido elaborados quaisquer relatórios de ponto de situação. Em Setembro de 2014 o ICNF iniciou a elaboração de um documento anual sobre os resultados da atividade operacional das eSF, nas fases ALFA, BRAVO e CHARLIE, recorrendo aos dados constantes do SISF.</p> <p>Não são elaborados quaisquer relatórios formais com o nível de desagregação municipal e distrital. Não obstante, quer as entidades gestoras das eSF, quer os CPE fazem uma avaliação informal do desempenho das suas equipas.</p>
<p>Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestais e das Brigadas Móveis de Vigilância (AGRIS) – cont.</p>	<p>Redefinir missão e objetivos do Programa com integração nos sistemas Municipais de prevenção e 1ª intervenção no novo enquadramento legislativo.</p>	<p>Concretizado.</p> <p>O regime de apoios e a definição da missão dos Sapadores Florestais encontram-se bem definidos. Atualmente, as regras e os procedimentos a observar na criação e funcionamento de eSF, bem como as atividades a desenvolver pelos sapadores florestais, são enquadrados pelo Decreto-Lei 109/2009, de 15 de maio, sendo que a profissão de sapador florestal se encontra regulamentada pela Portaria n.º 90/2012, de 30 de março, que designa a autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, neste caso, o ICNF.</p>

Objetivo estratégico Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal (cont.)		
Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestais e das Brigadas Móveis de Vigilância (AGRIS). (cont.)	No final do 1º semestre de 2006 as atividades das equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção e acompanhadas por técnicos do ICNF.	Concretizado. Os PMDFCI, nos seus Planos de Ação, incluem as eSF nas atividades que se encontram sob a sua responsabilidade (instalação e manutenção das redes de gestão de combustível, vigilância e primeira intervenção, apoio ao combate a incêndios florestais, nas operações de rescaldo e vigilância pós incêndio, e sensibilização da população rural em matéria de prevenção florestal). Nas CM onde não existe eSF, as atividades planeadas são habitualmente desenvolvidas por empresas de prestação de Serviços. Há PMDFCI que referem, ainda, as Equipas Agris 3.4. mas estas Brigadas, apoiadas pela Medida AGRIS, foram extintas em 2008.
Aumentar o número de Equipas de Sapadores.	Programa de investimento plurianual, elaborado até ao termo do 2º semestre de 2006. Criação anual de 20 Equipas de Sapadores Florestais até 2012, e a formação de 40 Brigadas até ao mesmo ano.	Em 30 de Junho de 2012, estavam constituídas 283 equipas, ou seja, 56,6% das 500 equipas previstas até ao final de 2012. As eSF constituídas envolviam um total de 1.415 homens. O ritmo de constituição de eSF foi bastante inconstante, todavia, cumpre a meta com a constituição de uma média anual de cerca de 20 eSF.
Participar através das Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) das CB nas ações de vigilância e deteção	A partir de 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	Concretizado. As ECIN das CB estão incluídas operacionalmente nos PMDFCI em ações de vigilância, 1.ª Intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.
Participar no sistema de deteção, vigilância e sensibilização, através de patrulhamentos das áreas mais sensíveis e eventual guarnição de PV.	Anualmente, o MAI e o MDN estabelecem protocolo para o efeito.	Nos primeiros anos de implementação do PNDFCI a participação de militares na prevenção e combate aos Incêndios Florestais foi assegurada através da celebração de protocolos entre a autoridade nacional florestal e o Comando Operacional das Forças Terrestres (COFT) do Exército; e entre a ANPC e o COFT do Exército. Considerando a preservação e desenvolvimento do sector florestal como atividades de elevada importância, o Exército, desde 2004, através do Plano VULCANO (ligação com a autoridade nacional florestal), e antes desse ano, com o Plano LIRA (ligação com ANPC), contempla o apoio à prevenção, vigilância, deteção e combate em 1ª intervenção aos incêndios florestais, no sentido de responder às solicitações da autoridade florestal nacional. Os protocolos com a autoridade florestal nacional tiveram o apoio do FFP. No período 2011/12 não foram feitos protocolos entre o Exército e a autoridade florestal nacional porque deixou de existir essa figura, dadas as novas regras de contratação pública. No entanto, nesse período, não deixou de haver empenhamento do Exército, o qual consolidou o Plano LIRA com a ANPC (em situações de clara necessidade os elementos do Exército foram mobilizados para cumprir tarefas de vigilância, efetuar operações de rescaldo e prestar todo o auxílio necessário à população civil). Salienta-se a assinatura de alguns protocolos de cooperação institucional entre Câmaras Municipais e o Exército, que visaram estabelecer ações de prevenção de incêndios florestais nesses concelhos.

(cont.)

Objetivo estratégico Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal (cont.)		
Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDF, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projetos comuns de proteção coletiva.	Anualmente, e durante 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de proteção coletiva a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal e Distrital.	Em determinados PMDFCI este objetivo está presente e previsto operacionalizar, nomeadamente, através da realização de ações de formação, em parceria com os Bombeiros Voluntários, destinadas à preparação das populações para eventuais situações de ocorrência de incêndios florestais (competências para autodefesa, reconhecimento da perigosidade e comportamento típico dos incêndios florestais). No que respeita ao projeto de proteção coletiva de fornecimento de Kits de 1ª Intervenção às Juntas de Freguesia, o mesmo não se encontra em vigor. De acordo com 53,1% dos GTF inquiridos, a Câmara Municipal implementa anualmente medidas de proteção coletiva (integrado no sistema de vigilância e deteção) (cf. Tabela 66 do Anexo). As principais formas de implementação das medidas referem-se a vigilância (móvel e fixa) (34,7%), a articulação com várias entidades/POM (27,8%), a equipas de sapadores florestais e OPF (20,8%), a participação da sociedade civil (escuteiros, ATL, etc.) (13,9%) e a vigilância e 1.ª intervenção (12,5%) (cf. Tabela 66 do Anexo). A não implementação em 46,9% dos GTF é justificada essencialmente por falta de recursos humanos, financeiros e meios (46,9%), ou porque a CM somente colabora (18,8%), ou porque não estava planeado/não existe/não se aplica (18,8%), ou, ainda, porque é feito por outras entidades (GNR, ANPC, SF) (15,6%) (cf. Tabela 67 do Anexo).
Melhorar o desempenho das Brigadas Móveis de Vigilância	Em 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção. Os Gabinetes Técnicos Florestais ou, na sua ausência, o ICNF, recolhem informação trimestral da respetiva atividade.	De acordo com o inquérito aos GTF, a coordenação a nível local das ações de DFCI são da responsabilidade, principal, dos GTF (74,8% de 143 GTF) mas, também, do SMPC (30,8%) e da CMDF (26,6%) (cf. Tabela 73 do Anexo).
Coordenação de todas as ações de vigilância e deteção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal.	A partir de 2006 elaborar protocolo de colaboração na vigilância terrestre móvel com as Forças Armadas (FA).	Em 2011, estava previsto na Diretiva Operacional Nacional – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DON-DECIF) que, no âmbito do Plano Vulcano, as Equipas de Sapadores do Exército para a Defesa da Floresta contra Incêndios (SEDFCI) tinham como missão: <ul style="list-style-type: none"> • construir aceiros, utilizando ferramentas manuais, no sentido de promover a contenção de fogos nascentes em ações de 1.ª intervenção; • ações de rescaldo; • ações de vigilância e sensibilização da população. A ação dos SEDFCI foi materializada em matas nacionais (MN), perímetros florestais (PF) ou áreas protegidas (AP), podendo, no entanto, em situações complicadas, com especial incidência nos períodos em que o risco de incêndio era muito elevado ou extremo, e não se descurando a vigilância e proteção das áreas protocoladas, ser deslocalizadas para outras áreas de MN, PF ou mesmo matas privadas, por meio terrestre. No ano de 2012, o Plano Vulcano não foi planeado na DON-DECIF, e não foi operacionalizado.

Objetivo estratégico Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal (cont.)		
	<p>A partir de 2006:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar a vigilância fixa; • Implementar a vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa (das Forças Armadas, da GNR, da Câmara Municipal, dos Bombeiros e das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais). 	<p>Concretizado.</p> <p>Como referido atrás, a implementação da vigilância fixa cabe à GNR/SEPNA e a vigilância móvel terrestre pode ser efetuada por diversas entidades, cuja articulação e complementaridade é devidamente assegurada pelo PMDFCI e pela CMDF.</p> <p>Em 2012, as Forças Armadas não integraram o dispositivo de vigilância terrestre móvel.</p>
Coordenação de todas as ações de vigilância e deteção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal (cont.)	<p>A partir de 2006, melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.</p>	<p>Concretizado.</p> <p>O apetrechamento das equipas existentes no terreno com rádios do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) melhorou a rede de comunicações entre os recursos existentes no terreno (criação e formalização de indicadores específicos para cada uma das entidades).</p> <p>No período em análise deu-se a adoção do SIRESP como um verdadeiro sistema de operações, com um cariz mais estratégico porque permitiu uma maior partilha de informação e uma maior interligação entre as diversas equipas.</p>
Acompanhar, permanentemente, em sede própria, os resultados das ações de deteção ao nível Municipal, Distrital e Nacional.	<p>No 1º trimestre de cada ano, implementação de medidas e de projeto municipal de proteção coletiva, a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal e Distrital.</p> <p>No 4º trimestre de cada ano, a avaliação do modelo e a incorporação dos eventuais ajustamentos, face à experiência do ano anterior.</p>	<p>Não se conhecem medidas de proteção coletiva nos anos 2011 e 2012. O projeto de entrega de Kits de 1ª intervenção às Juntas de Freguesia foi interrompido.</p> <p>O acompanhamento permanente dos resultados das ações de deteção é assegurado em permanência através da Equipa de Manutenção e Exploração de Informação de Florestal (EMEIF) e dos respetivos Oficiais de Ligação da GNR, através da estrutura de Comando da GNR, em estreita articulação e coordenação com a estrutura da ANPC e demais agentes de proteção envolvidos.</p> <p>A melhoria do planeamento e coordenação distrital das equipas que participam na vigilância, tem permitido evitar duplicações e aumentar as áreas vigiadas.</p>
Objetivo Operacional: Integrar a vigilância móvel de cariz Distrital ou Nacional		
Prever a integração da vigilância aérea armada nos dias em que o Índice de Risco e os meios aéreos disponíveis o aconselhe.	<p>Em cada ano:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar da necessidade de elaboração de protocolos com os Aeroclubes; • Elaborar relatórios contínuos de avaliação nos órgãos distritais e nacionais da estrutura de Operações de Proteção e Socorro e SEPNA/GNR. 	<p>A vigilância aérea foi abandonada porque o seu nível de deteção era residual, pelo que deixaram de existir protocolos com aeroclubes.</p> <p>No entanto, a Monitorização Aérea Armada (MAA) continua a ser definida nas DON-DECIF. As suas missões ocorrem por decisão expressa do Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), e são efetuadas exclusivamente por aviões bombardeiros, desde que disponíveis, e planeadas pelos Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS), tendo em conta a previsão do perigo de incêndio florestal, em locais do país mais suscetíveis à ocorrência de incêndios florestais.</p> <p>Não se conhece a elaboração de relatórios de avaliação relativos à vigilância aérea.</p>

Objetivo estratégico Reforço da capacidade de 1ª intervenção		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: Estruturar os níveis Municipal e Distrital de 1ª Intervenção		
Na elaboração dos PMDFCI/POM, integrar a atuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais do ICNF, das Equipas da AFOCELCA, das Equipas do SEPNA e do GIPS da GNR, e outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, o ICNF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no Teatro de Operações (TO).	Concretizado. Estabilização do dispositivo operacional no âmbito das DON-DECIF (nível nacional), dos Planos Operacionais Distritais de Combate a Incêndios Florestais (PDDFCI) e dos PMDFCI e dos Planos Operacionais Distritais (POD) e Municipais (POM). Tem vindo a registar-se um envolvimento crescente dos municípios, com a elaboração e implementação dos Planos e com a realização de CMDF com a representação da Proteção Civil. No âmbito dos POM, elaborados com base na DON-DECIF, é definida a articulação e a hierarquia de comando entre as entidades intervenientes no TO. São também definidas as atribuições de cada uma das equipas e descrito o tipo de gestão dos recursos materiais disponíveis no município. As CMDF são globalmente avaliadas como tendo um desempenho 'positivo' (57,4%) ou 'muito positivo' (24,3%) na ação colaborativa de elaboração anual do POM (cf. Tabela 69 do Anexo).
	Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as atividades dos recursos humanos e dos meios no município.	A formação a nível ambiental/defesa da floresta contra incêndios constitui hoje uma matéria obrigatória a todos os níveis da formação dos elementos da GNR, havendo componentes específicas e mais aprofundadas para os elementos do SEPNA (prevenção) e GIPS (1ª intervenção e combate). Anualmente, há desenvolvimento de formação na área do planeamento para as autarquias locais, GNR e Organizações de produtores florestais (habitualmente ministradas pelo ICNF). A GNR também faz reuniões anuais com as presidências de Câmaras Municipais para as matérias de DFCI, incidindo sobretudo nas áreas de maior risco. O levantamento de necessidades de formação dos técnicos do GTF é tarefa realizada por GTF (63,2%), SMPC (13,9%) e CMDF (4,9%) (cf. Tabela 73 do Anexo). Contudo, a formação existente/disponibilizada é considerada globalmente insuficiente e/ou desadequada às necessidades de formação para o exercício da atividade profissional (64,3% dos GTF inquiridos). Ainda assim, 84,5% dos GTF inquiridos indicaram que os seus técnicos frequentaram ações de formação desde que o gabinete foi constituído (cf. Tabela 14 do Anexo).
	Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.	Concretizado. A AFOCELCA integra o dispositivo nacional desde 2006, fazendo parte, desde então, das fases Bravo, Charlie e Delta do DECIF. As suas atribuições e elementos a disponibilizar encontram-se definidos pelas DON-DECIF (cf. Anexo Meios terrestres nas fases Bravo, Charlie e Delta).
	Estabelecer um protocolo para integração do dispositivo da AFOCELCA no dispositivo nacional.	Concretizado. No âmbito dos POM são identificados os agentes com capacidade de 1ª intervenção e que devem integrar o dispositivo municipal.
	Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª Intervenção ao nível municipal.	

Objetivo Estratégico: Reforço da capacidade de 1ª intervenção		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: Estruturar os níveis Municipal e Distrital de 1ª Intervenção (cont.)		
Dar continuidade aos projetos comuns de proteção coletiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e deteção.	Anualmente, promover a distribuição de material específico para autoproteção das populações.	O projeto distribuição de Kits de 1ª intervenção às Juntas de Freguesia foi interrompido. De acordo com o processo de inquirição junto dos GTF, em 23% de 138 concelhos nunca foi realizada a ação de distribuição de material específico para autoproteção das populações e, em 10,8%, a tarefa não é realizada anualmente. A responsabilidade de executar é, essencialmente, dos GTF (50,4%), dos SMPC (40,3%) e das CMDF (10,1%) (cf. Tabela 73 do Anexo).
Dar continuidade aos projetos comuns de proteção coletiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e deteção. (cont.)	No 1º Trimestre de cada ano promover ações de formação no âmbito da 1ª Intervenção	Embora não haja informação sistemática e universal recolhida e tratada, encontra-se referenciado em diversos PMDFCI a realização de ações de sensibilização da população promovidas pelas Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais. A sua realização encontra-se prevista nas DON-DECIF. Estas Diretivas referem que as CMDF, no âmbito do POM, coordenam a nível local as ações de defesa da floresta contra incêndios; promovem a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais, dotando-os de meios de intervenção e salvaguardando a sua formação para que possam atuar em segurança; e desenvolvem ações de sensibilização da população.
Potenciar a proximidade do dispositivo, de cariz Municipal, a incêndios nascentes.	Anualmente, incentivar e apoiar as medidas que, em sede de Município, deverão ser desenvolvidas.	No âmbito dos PMDFCI e POM são descritas medidas que devem ser desenvolvidas para potenciar a proximidade do dispositivo aos incêndios nascentes. Não obstante, não há informação devidamente sistematizada para analisar a sua execução.
Potenciar a capacidade de movimentação dos Grupos/Brigadas Helitransportadas e da capacidade do pessoal envolvido.	A 1ª Intervenção deverá ser realizada nos primeiros 20 minutos após a ocorrência do incêndio.	Concretizado. Houve uma melhoria face aos registos dos anos 2009 e 2010. O tempo médio de chegada ao TO pelos helis, diminuiu de 16 minutos em 2010, para os 8 minutos em 2011 e 2012. Note-se, neste âmbito, que os aviões deixaram de integrar o dispositivo aéreo.
Desenvolver um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª Intervenção.	Garantir a articulação das comunicações entre as várias estruturas.	Concretizado. Praticamente todo o território nacional e todas as forças constituintes do dispositivo operacional de 1ª Intervenção estão dotadas de comunicações SIRESP.

Objetivo Estratégico: <i>Reforço da capacidade do ataque ampliado</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução
Objetivo Operacional: <i>Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal</i> (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios)		
Levantamento dos recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes em cada CB, com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do respetivo Município.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes no município.	No âmbito do PMDFCI é feito o levantamento anual dos recursos (materiais e humanos) e meios complementares de apoio ao combate a incêndios florestais (descrição e quantidade). Não obstante, nos PMDFCI analisados não consta a avaliação da sua capacidade operacional.
Articulação coordenada dos meios de combate do seu município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças.	A partir de 2006, em articulação e sob as orientações do CDOS, no âmbito das suas competências, implementa uma política de formação contínua e de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município.	A formação contínua é uma preocupação constante (ver questão da formação das CB). Aparentemente, não existe uma política de exercícios conjuntos para treinar aspetos ligados à coordenação, à validação do planeamento logístico e à operacionalização de medidas e procedimentos. Neste contexto, e de acordo com o processo de inquirição, 12,5% dos GTF indica nunca terem sido realizados exercícios conjuntos com GNR, CB, etc., e 19,4% aponta para uma realização com periodicidade não anual. No entanto, esta responsabilidade cabe tendencialmente ao SMPC (61,8%) (cf. Tabela 73 do Anexo).
	Incentiva a utilização dos vários métodos e técnicas de extinção.	Concretizado. As DON-DECIF contemplam a utilização de vários métodos e técnicas de extinção (p.e., emprego de métodos de combate paralelo e/ou indireto, através da utilização de ferramentas manuais, tratores agrícolas, máquinas de rasto e a utilização racional e coordenada de fogos de supressão sob a responsabilidade do Comandante de Operações de Socorro (COS) e de acordo com a legislação aplicável).

(cont.)

Objetivo Estratégico: <i>Reforço da capacidade de 1ª intervenção</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução
Objetivo Operacional <i>Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal</i> (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios)		
Articulação coordenada dos meios de combate do seu município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças. (cont.)	Formação nas CB de meios humanos especializados, integrados em Grupos ou Equipas, especialmente vocacionados para o combate a incêndios florestais (IF).	A formação de Bombeiros que se encontram integrados em Grupos ou Equipas especialmente vocacionados para o combate a IF é ministrada pela Escola Nacional de Bombeiros (ENB). No entanto, a Equipa de Avaliação não contempla, ainda, dados disponíveis para realizar a análise da formação ministrada (p.e., se se encontra adequada às necessidades). A ANPC desenvolve ações de formação [e treino operacional] no âmbito da gestão de operações. No entanto, a Equipa de Avaliação não contempla, ainda, dados que permitam fazer a respetiva análise.
Qualificar os quadros de Comando e Chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo operacional.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades e calendarizar as atividades de forma a serem integradas no plano de formação de elementos de comando de nível Distrital e/ou Nacional	A ENB colocou ao dispor das CB uma ferramenta informática que permite registar <i>online</i> as necessidades de formação. A ENB ministra formação a elementos de comando, oficiais bombeiro e chefes. A calendarização das ações de formação encontra-se sob a responsabilidade da ENB. No entanto, a Equipa de Avaliação não contempla, ainda, dados disponíveis para realizar a análise da formação ministrada (p.e., se se encontra adequada às necessidades).
Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tratores e bulldozers existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.	O levantamento destes meios, bem como a definição das formas de colaboração entre os seus proprietários e o Município, são efetuados em sede de PMDFCI e POM. O levantamento anual dos meios disponíveis no município (tratores, buldózers, etc.) é uma tarefa realizada em 99% dos concelhos inquiridos. A responsabilidade da execução dessa tarefa cabe, essencialmente, aos GTF (68,6%) e ao SMPC (26,2%) (cf. Tabela 73 do Anexo).
O conhecimento e o enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	A partir de 2006, todas estas Equipas/Brigadas farão parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos incêndios florestais, operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.	Concretizado As Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais fazem parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos IF (sensibilização e divulgação, vigilância e patrulhamento, deteção, 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-rescaldo). As suas funções e responsabilidades encontram-se definidas no âmbito dos PMDFCI. O processo de inquirição aos GTF permitiu constatar que 62,8% das CM dos concelhos inquiridos contam com a colaboração de eSF na concretização das ações de gestão previstas no PMDFCI (cf. Tabela 74 do Anexo).

(cont.)

Objetivo estratégico Reforço da capacidade de 1ª intervenção		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução
Objetivo Operacional: Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios)		
Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários.	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do seu Município.	Do ponto de vista do planeamento, nomeadamente com a elaboração do PNDFCI, os Municípios devem fazer anualmente o levantamento das áreas de risco, com recurso a informação devidamente atualizada sobre a ocupação do solo. Dos GTF inquiridos, 93,4% indica definir e atualizar no PMDFCI as áreas florestais de maior perigosidade de incêndio florestal (cf. Tabela 43 do Anexo). Contudo, apenas 39,9% afirma definir/rever anualmente as áreas de maior perigosidade de incêndio florestal (cf. Tabela 44 do Anexo). O principal motivo para a não revisão anual das áreas florestais é porque não se faz o levantamento do uso e ocupação do solo todos os anos (74,7%) (cf. Tabela 45 do Anexo).
	Anualmente, planear a tática de combate mais adequada à defesa do município através da realização de exercícios conjuntos com base nessas áreas e cenários hipotéticos.	Do processo de inquirição aos GTF, é possível constatar que em 20,6% de 131 concelhos, a tarefa de planear a tática de combate mais adequada à defesa do município não é realizada e, em 9,9% dos casos, a tarefa não é realizada anualmente. A responsabilidade de a executar é muito partilhada entre GTF (31,3%), SMPC (48,1%) e CMDF (28,2%) (cf. Tabela 73 do Anexo).
Balancear o acionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Anualmente, desenvolver uma política de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município, privilegiando os aspetos da coordenação entre os vários agentes.	Aparentemente, não existe uma política de exercícios conjuntos para treinar aspetos ligados à coordenação, à validação do planeamento logístico e à operacionalização de medidas e procedimentos. Neste contexto, e de acordo com o processo de inquirição, 12,5% dos GTF indica nunca terem sido realizados exercícios conjuntos com GNR, CB, etc., e 19,4% aponta para uma realização com periodicidade não anual. No entanto, esta responsabilidade cabe tendencialmente ao SMPC (61,8%) (cf. Tabela 73 do Anexo).
Articular os meios e a rede rádio da estrutura de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adotar.	Anualmente, implementar uma política de exercícios conjuntos para operacionalizar medidas e procedimentos no âmbito das comunicações, analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução.	
Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	Anualmente: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer o levantamento dos meios disponíveis na área do Município; ▪ Planear a manobra logística mais adequada ao Município; ▪ Elaborar exercícios para validação do planeamento logístico. 	No âmbito dos PMDFCI é realizado anualmente o levantamento dos meios disponíveis para auxiliar no combate a incêndios florestais (tratores, buldózers, ...) cabendo essa responsabilidade, em 68,6% dos casos aos GTF. No que se refere à avaliação da condição desses meios, embora se mantenha, na responsabilidade dos GTF em 78,9% dos casos, também foi referido no processo de inquirição que essa avaliação não é feita ou não é feita anualmente em 7,3% dos casos (cf. Tabela 73 do Anexo) O planeamento das manobras logísticas mais adequadas a cada um dos Municípios encontra-se sob a responsabilidade do SMPC.

Objetivo Estratégico: <i>Reforço da capacidade de 1ª intervenção</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução
Objetivo Operacional <i>Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Distrital</i> (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios)		
Acompanhar os Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) do Distrito e a implementação das medidas a desenvolver em sede de município.	Fazer a avaliação permanente das atividades que estão a ser desenvolvidas ao nível municipal.	A avaliação das atividades desenvolvidas tem vindo a ser feita no âmbito das CMDF e das Comissões Distritais de Proteção Civil. O processo de inquirição aos GTF revelou uma avaliação globalmente 'positiva' (39,4% de 142 GTF) ou 'muito positiva' (17,6%) do desempenho das CMDF no acompanhamento da execução do Plano Municipal de Emergência, no âmbito do SMPC (cf. Tabela 69 do Anexo).
Formar e qualificar os Comandantes.	Anualmente, fazer o levantamento de necessidades e calendarizar as necessidades de formação.	A ENB colocou ao dispor das CB uma ferramenta informática que permite efetuar via internet os pedidos de formação. A calendarização das ações de formação encontra-se sob a responsabilidade da ENB. No entanto, a Equipa de Avaliação não contempla, ainda, dados disponíveis para realizar a análise da formação ministrada (p.e., se se encontra adequada às necessidades).
Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tratores e buldozer existentes no Distrito, integrando os dados recolhidos pelos municípios, e à sua utilização.	Anualmente, fazer a avaliação dos meios existentes ao nível de cada um dos municípios.	Concretizado. Os PMDFCI incluem a descrição dos recursos disponíveis (materiais e humanos) ao nível do município. Os Planos Distritais sistematizam esses dados (entidades envolvidas e respetivos meios e recursos disponíveis). A inquirição junto dos GTF permitiu constatar que apenas em 3,5% dos concelhos não se realiza a tarefa de avaliação da condição dos meios disponíveis no município (tratores, buldózers,...) e, em 2,8%, esta não é realizada anualmente. A responsabilidade da realização cabe, em particular, aos GTF (78,9%), aos SMPC (42,3%) e, ainda, às CMDF (7,0%) (cf. Tabela 73 do Anexo).
Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal.	Anualmente: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar os meios dos municípios e risco associado; ▪ Elaborar planos de contingência; ▪ Promover a realização de exercícios conjuntos para articulação de meios ao nível Distrital; ▪ Promover uma atitude de colaboração intermunicipal. 	A implantação e articulação dos meios de ataque ao nível municipal é realizada no âmbito das CMDF e PMDFCI e do SMPC e POM. Os Planos contêm a descrição das áreas de maior risco, bem como dos meios e recursos disponíveis para apoiar o ataque a incêndios florestais. A elaboração de planos de contingência não é uma tarefa realizada em 30,9% de 139 concelhos inquiridos no processo de inquirição aos GTF e, em 19,4% dos casos, esta não é realizada anualmente. A responsabilidade cabe, essencialmente, ao SMPC (46%) e ao GTF (23,9%) (cf. Tabela 73 do Anexo). No que se refere à realização de exercícios conjuntos para articulação de meios a nível distrital, 23,2% dos GTF indicam nunca ter realizado e 26,8% afirma não realizar anualmente. A responsabilidade da realização de exercícios conjuntos ao nível distrital é, essencialmente, do SMPC (47,9%), do GTF (18,3%) e, em menor percentagem, à CMDF (7%) (cf. Tabela 73 do Anexo). A colaboração intermunicipal tem todas as condições para ser eficiente e capaz dada a constituição das Comunidades Intermunicipais (CIM).

Objetivo Estratégico: <i>Reforço da capacidade de 1ª intervenção</i>		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução
Objetivo Operacional <i>Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Distrital</i> (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios)		
Empregar e articular os meios imediatos de reforço rápido (GRR) do Distrito, previstos no dispositivo de forças.	Anualmente, constituir os GRR e qualificá-los.	Concretizado. As DON-DECIF DE 2011 e 2012 adotaram o conceito de Grupo de Reforço para Incêndios Florestais (GRIF). Estes grupos são constituídos por distrito e reúnem meios de CB de um ou mais distritos, de acordo com a gravidade do incêndio.
Dar formação aos operadores dos CDOS, de forma a garantir a adequada qualificação nas várias vertentes de atuação.	Anualmente, fazer o levantamento de necessidades e calendarizar as atividades de forma a serem integradas no plano de formação Distrital e/ou Nacional.	A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita fazer a análise deste indicador. Não obstante, os operadores do CDOS são sujeitos a treino operacional intensivo, nomeadamente, numa matéria que tem vindo a ser amplamente discutida e que diz respeito à organização dos meios e dos recursos no TO.
Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, os Planos da Operacionais Municipais (POM) elaborados ao nível do Concelho.	A partir de 2006, até ao final de cada ano, implementar as medidas necessárias à prossecução deste desiderato.	Concretizado. Ao nível distrital há o instrumento Plano Operacional Distrital (POD) que integram os POM, nomeadamente, os recursos e meios disponíveis para o combate aos IF.
Elaboração do Plano Operacional Nacional de Combate a Incêndios Florestais (PONACIF).	A partir de 2006, até ao final de cada ano, elaborar o PONACIF.	Concretizado. Todos os anos, no primeiro trimestre, é disponibilizada a DON-DECIF, que é um instrumento de planeamento, organização, coordenação e comando operacional no âmbito das operações de proteção e socorro da floresta contra IF. Este documento garante a resposta operacional adequada e articulada nas mais diversas situações de incêndio floresta.

(cont.)

Objetivo estratégico Reforço da capacidade de 1ª intervenção		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução
Objetivo Operacional: Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Nacional (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios)		
Validação do PONACIF.	A partir de 2007, durante o primeiro trimestre de cada ano, executar exercícios conjuntos segundo um guião previamente elaborado, após o qual procede à validação do PONACIF.	Não se conhecem atividades desenvolvidas neste âmbito.
Formar e qualificar os elementos de Comando que integram os CDOS.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades de formação, calendariza essas atividades de forma a serem integradas no plano de formação Nacional.	A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita fazer a análise deste indicador. Não obstante, os elementos de Comando que integram o CDOS são sujeitos a treino operacional intensivo, nomeadamente, numa matéria que tem vindo a ser amplamente discutida e que diz respeito à organização dos meios e dos recursos no TO.
Formar os operadores do CNOS, de forma a garantir a adequada qualificação nas várias vertentes de atuação.	Anualmente, fazer o levantamento de necessidades e calendarizar as atividades de forma a serem integradas no plano de formação Distrital e/ou Nacional.	A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita fazer a análise deste indicador. Os operadores do CNOS são sujeitos a treino operacional intensivo, nomeadamente, numa matéria que tem vindo a ser amplamente discutida e que diz respeito à organização dos meios e dos recursos no TO.
Empregar, articular e pré-posicionar os Meios de Reforço, bem como outros previstos no dispositivo de forças.	Anualmente, constituir os Grupos de Reforço e qualificá-los.	Concretizado. A constituição de grupos de reforço terrestres está cada vez mais agilizada. Em 2011, houve a mobilização de 63 Grupos, que foram acionados em 132 missões. Em 2012, houve a mobilização de 132 Grupos, que foram acionados em 265 missões.
Objetivo Operacional Reforçar eficácia do combate aéreo		
Qualificar elementos de Comando que integrem os Estados-Maiores dos Comandos Distritais e Nacional com as competências necessárias ao planeamento do emprego dos meios aéreos, e respetiva coordenação nos Teatros de Operações (TO).	Desenvolver as medidas necessárias para formar elementos de Comando a integrar os Estados-Maiores dos Comandos Distritais e Nacional, com estas competências.	A responsabilidade de estruturar e ministrar Ações de formação para elementos de Comando pertence à ENB - Centro de Formação Especializado em Incêndios Florestais (CFEIF). A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita fazer a análise quantitativa deste indicador.
Aumentar em número e qualificação os Grupos e Brigadas heli-transportadas.	Anualmente, qualificar e certificar elementos tendo em vista o seu recrutamento para as brigadas heli-transportadas.	Desde 2008, que todas as equipas helitransportadas (Força Especial de Bombeiros (FEB) e GIPS) são profissionalizadas. O CFEIF tem a responsabilidade de estruturar e ministrar a formação dos elementos da FEB e do GIPS. A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita fazer a análise quantitativa deste indicador.

(cont.)

Objetivo estratégico Reforço da capacidade de 1ª intervenção		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução
Objetivo Operacional: <i>Reforçar eficácia do combate aéreo (cont.)</i>		
Utilizar produtos espumíferos e retardantes.	A partir de 2006: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar normas orientadoras na utilização destes produtos; ▪ Implementar as ações de formação na utilização destes produtos junto dos elementos de Comando e de coordenação aérea dos TO. 	A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita fazer a análise quantitativa deste indicador. No entanto destaca-se a elaboração do “Manual Operacional Emprego dos Meios Aéreos em Operações de Proteção Civil” (ANPC, Abril de 2009), que refere a utilização de espumíferos e retardantes e a forma de utilização.

Objetivo estratégico Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-rescaldo		
Ação	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo		
Promover a utilização por parte dos Bombeiros das ferramentas de sapador nas operações de rescaldo.	<p>Em 2006, reavaliar os conteúdos programáticos.</p> <p>Em 2007, incrementar a utilização de ferramentas de sapador nos planos de formação a implementar junto das CB.</p>	A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita saber se a utilização de ferramentas de sapador é refletida nos planos de formação a implementar junto das CB.
Empregar as Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais.	<p>Anualmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar o levantamento das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais existentes no respetivo Distrito; ▪ Implementar modelos de atuação nas operações de rescaldo. 	<p>Concretizado.</p> <p>O levantamento das eSF existentes em cada distrito é realizada no âmbito dos PMDFCI e PDDFCI.</p> <p>As operações de rescaldo são da responsabilidade e coordenação do COS.</p>
Empregar os elementos das Forças Armadas.	<p>A partir de 2006, o SNBPC proporá ao EMGFA, programas de formação a serem ministrados aos Elementos de Comando, as metodologias necessárias à coordenação operacional dos elementos das FA para rentabilização das suas intervenções.</p>	<p>De acordo com a DON-DECIF 2011, o pedido de meios Militares para ações de consolidação da extinção e vigilância ativa pós-incêndio é feito pelo CODIS ao CNOS. Todavia, em 2012, esta atividade não estava prevista no âmbito da DON-DECIF.</p> <p>A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita saber se existem programas de formação a serem ministrados aos Elementos de Comando das Forças Armadas, que compreendam as metodologias necessárias à coordenação operacional dos elementos das FA para rentabilização das suas intervenções.</p>
	<p>Realização de ações de formação sobre combate a incêndios, segurança e consequente aquisição de ferramentas de sapador.</p>	<p>A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita saber se se realizam ações de formação sobre combate a incêndios, segurança, e se ocorreu a aquisição de ferramentas de sapador.</p>
Utilizar as máquinas de rasto.	<p>Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.</p>	<p>Esta matéria está devidamente assegurada no âmbito dos PMDFCI.</p> <p>O processo de inquirição permitiu constatar que 56,3% dos GTF que responderam ao inquérito (85) indicam o garante atempado da contratação com agentes privados, no que respeita à utilização de máquinas de rasto para as operações de rescaldo, pelas Câmaras Municipais (cf. Tabela 53 do Anexo).</p> <p>Daqueles que indicaram recorrer à contratação, 84,1% afirma que os meios são suficientes para garantir a correta e eficaz execução das operações de rescaldo (cf. Tabela 55 do Anexo). A maioria dos que indicam que os meios não são suficientes afirma que o rescaldo não é só realizado com máquinas (cf. Tabela 56 do Anexo).</p> <p>O principal motivo para a não contratação atempada desse tipo de serviço é o fato de a Câmara Municipal já dispor de equipamentos próprios (46,2%) (cf. Tabela 54 do Anexo).</p>

Objetivo estratégico Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-rescaldo		
Ação	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo		
Implementar por parte das autarquias as medidas que levem as populações, através das Juntas de Freguesia, a aderir a projetos comuns de proteção coletiva, sustentado por medidas de autodefesa, e colaborar nestas ações.	<p>A partir de 2006:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia; ▪ Promover a formação e sensibilização. 	<p><i>Medidas de autodefesa.</i> A sua realização encontra-se prevista nas DON-DECIF. As Diretivas referem que as CMDFI, no âmbito do POM:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ coordenam a nível local as ações de defesa da floresta contra incêndios; ▪ promovem a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais, dotando-os de meios de intervenção e salvaguardando a sua formação para que possam atuar em segurança; e ▪ desenvolvem ações de sensibilização da população. <p>A criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais não é prática em 58,3% de 139 concelhos inquiridos no processo de inquirição aos GTF e, em 11,5% dos concelhos, a tarefa não é realizada anualmente. A responsabilidade é partilhada, fundamentalmente, entre GTF (23%) e SMPC (18%) (cf. Tabela 73 do Anexo).</p> <p><i>Formação e sensibilização.</i> Embora não haja informação sistemática e universal recolhida e tratada, encontra-se referenciado em diversos PMDFCI a realização de ações de sensibilização da população promovidas pelas Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais.</p> <p>A grande maioria dos GTF inquiridos (93,3%) indica promover ações de sensibilização, periodicamente ao longo do ano (53,2% e sem uma rotina estável (29,8%), essencialmente junto da população escolar (85,8%), distribuindo material informativo (82,3%), junto da população em geral (72,3%) e junto da população rural (63,8%). As ações de sensibilização são realizadas em conjunto com outras entidades (93,4%), principalmente GNR/PSP (89,4%), Escolas (78%), Associações de Produtores e Proprietários Florestais e Sapadores Florestais (58,2%) e Bombeiros (22%). As Juntas de Freguesia são referenciadas como entidades parceiras em, apenas, 9 GTF (6,4%).</p>
Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	<p>A partir de 2006, incorporar as ações da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando.</p> <p>Anualmente, validar a formação junto dos Comandantes e elementos de Comando.</p>	<p>A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita saber se se dá a incorporação das ações de vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais ao nível dos Comandantes e elementos de Comando.</p>

Objetivo estratégico Melhoria das comunicações		
Ação	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
<p>Objetivo Operacional: <i>Criar uma rede de comunicações integrada, tecnologicamente avançada, que garanta o permanente controlo da organização e a possibilidade de Coordenação e Comando em todos os níveis.</i></p>		
<p>A GNR deve garantir uma ligação rádio às estruturas de bombeiros de forma a facilitar a deteção e o combate.</p> <p>O SNBPC deverá promover a integração dos instrumentos de comunicações das brigadas de sapadores florestais nas redes de deteção e combate.</p> <p>O SNBPC deve elaborar, anualmente, o diagnóstico de situação das comunicações operacionais e apresentar uma proposta consolidada das medidas a implementar.</p>	<p>Anualmente, o SNBPC deve elaborar o diagnóstico de situação das comunicações operacionais e apresentar uma proposta consolidada das medidas a implementar.</p>	<p>A GNR tem vindo a trabalhar em conjunto com os bombeiros para agilizar a ligação ao SADO. Essa conexão não funciona, ainda, na totalidade do seu potencial.</p> <p>Praticamente todo o território nacional e todas as forças constituintes do dispositivo operacional de 1ª Intervenção estão dotadas de comunicações SIRESP (a sua descrição encontra-se nas páginas deste Relatório).</p> <p>As forças incluídas no SNDFCI fazem o balanço das condições de comunicação com frequência. Não se conhece um Diagnóstico formal.</p>

Objetivo estratégico Melhorar dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão		
Ação	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: <i>Integrar e melhorar dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão disponíveis</i>		
Criação de um sistema de gestão da informação dirigido para tudo o que respeita aos PMDFCI e outras ações de silvicultura preventiva, infraestruturas, a inventariação de meios (equipamentos, recursos humanos, etc.).	A desenvolver e consolidar até ao termo de 2006.	Este sistema de gestão da informação dirigido aos PMDFCI não foi criado mas foi desenvolvida a plataforma iPlan que permite carregar as peças escritas do PMDFCI. No SGIF foi integrado um módulo de execução de ações de DFCI que permite carregar informação sobre os trabalhos que foram desenvolvidos no âmbito das respetivas redes de DFCI (planeamento e execução). No ano 2014 foi desenvolvido outro módulo para carregar dados sobre o planeamento e execução de ações de sensibilização.
Desenvolvimento e adequação do Banco de Dados Nacional sobre Incêndios (designado por SGIF e existente desde 2001) à nova realidade.	A desenvolver e consolidar até 1 de Maio de 2006.	Concretizado. O banco de dados nacional sobre IF (SGIF) tem vindo a ser alvo de ligeiras melhorias.
Elaborar o diagnóstico e apresentar uma proposta de integração dos vários meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.	Em 2006: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redefinir um circuito de transmissão das ocorrências; ▪ Redefinir um circuito de transmissão de informação referente à delimitação da área queimada por tipo de ocupação e espécie florestal, à investigação das causas e determinação dos prejuízos de material lenhoso e aos respetivos autos levantados pelo SEPNA/GNR; ▪ Definir conceitos e critérios de recolha da informação que deverão ser vertidos em manual de procedimentos; ▪ Reformular a infraestruturas de carregamento da informação. 	Concretizado. Estão estabilizados o circuito de transmissão das ocorrências e de transmissão e informação referente à delimitação da área queimada (no entanto, por vezes, é complicado chegar ao detalhe do tipo de ocupação e espécie florestal). Relativamente à investigação das causas e determinação dos prejuízos de material lenhoso e aos respetivos autos levantados pelo SEPNA/GNR, os circuitos de transmissão de informação estão devidamente definidos. Os conceitos e critérios de recolha da informação estão devidamente definidos mas, por vezes, para quem está no terreno pode ser difícil aplicar esses mesmos conceitos, sobretudo, quando o tempo para o fazer é escasso.
Estudar as condições meteorológicas que potenciam grandes incêndios, a eficácia das medidas de gestão de combustível aplicadas e as táticas de supressão usadas.	Apresentação anual de relatórios.	Existe um amplo trabalho que incide sobre estas matérias, não apenas por parte das entidades que constituem o Sndfci mas de outras entidades que estudam estes fenómenos. A ANPC produz relatórios de cada um dos grandes incêndios. O ICNF também produz relatórios dos maiores incêndios, mas estes com uma vertente técnica e de estabilização de emergência.

Objetivo estratégico Melhoria das infraestruturas e logística de suporte à DFCI		
Ação	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: <i>Organizar uma Estrutura Nacional de Apoio Logístico, assente nas estruturas Municipais e Distritais, pensada e articulada</i>		
Formar e exercitar os Comandantes e os Elementos de Comando.	<p>Em 2006:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar a formação que é ministrada; ▪ Implementar os conceitos base ao desenvolvimento de uma doutrina logística; ▪ Implementar a sua formação e programar exercícios neste âmbito. 	A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita analisar a formação e os exercícios dos elementos de Comando.
Manter a capacidade de apoio logístico às operações em curso quando a capacidade da estrutura logística do socorro não for suficiente para o garantir.	Anualmente, estabelecer protocolo de colaboração com as FA no âmbito do apoio logístico às operações de socorro quando este se justificar.	Concretizado. As DON-DECIF para os anos 2011 e 2012 referem que, por solicitação do CNOS, as FA disponibilizam os meios logísticos complementares, conforme a sua disponibilidade.
Criar uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão.	Até 2007, estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão.	Concretizado. A DON-DECIF define anualmente a organização da estrutura logística de suporte a ações de supressão, as bases de apoio logístico e o material e serviços a mobilizar.

4º EIXO ESTRATÉGICO - RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS

O 4º Eixo Estratégico do PNDFCI – Recuperar e reabilitar os ecossistemas (afetados por incêndios) compreende, adequadamente, esse objetivo estratégico único, e utiliza um objetivo operacional também único de Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.

Neste ponto efetua-se uma análise sumária do cumprimento de metas, pretendendo carrear a informação nova ou recente com impacto na efetividade de cumprimento do programado, finalizando-se com a análise dos casos que foram sujeitos a diligências específicas durante o biénio.

Objetivo estratégico Recuperar e reabilitar os ecossistemas		
Ação a desenvolver	Indicadores/Metas	Elementos referentes à execução 2011/2012
Objetivo Operacional: Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo		
Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as Orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu	No termo do ano de 2007 está disponível o Código de Boas Práticas na Recuperação de áreas Ardidas, divulgado aos diferentes agentes	Concretizado parcialmente. O Código de Boas Práticas na Recuperação de áreas Ardidas, extensivo a todos os tipos de ações e territórios, continua a não existir, mas vem sendo substituído por outros guias de linhas diretrizes adequados.
	Execução de ações imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios	Em 2011 houve poucos grandes incêndios, mas interrupção do apoio ProDeR. Em 2012 foram efetuados 11 Relatórios de Estabilização de Emergência e um grande relatório sobre o incêndio da Catraia (Algarve).
	Intervenção no escoamento do material afetado pelos incêndios, acompanhando o processo de extração do material lenhoso, para assegurar um envolvimento dos diferentes agentes que conduza a procedimentos mais céleres e à adoção de boas práticas florestais	Os desenvolvimentos de “diligência devida” na cadeia de valor [Reg.(U.E.) 95/2010] e a certificação florestal nas principais fileiras começam a enquadrar os operadores que efetuam este tipo de exploração florestal pós-sinistro, cujo licenciamento obriga ao conhecimento das boas práticas florestais.
Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afetadas	Avaliação e monitorização das ações. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUT II	A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita analisar o grau de concretização desta meta.
Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUT II	A Equipa de Avaliação não dispõe, ainda, de informação que permita analisar o grau de concretização desta meta.